

ATA DA SEPTUAGÉSIMA SEXTA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA

Às dez horas do dia quatro de dezembro de dois mil, deu-se início a Septuagésima Sexta Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), sob a Presidência de Cláudio Augusto Vieira da Silva (FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL)

Presentes os conselheiros Normando Batista Santos (ABONG); MARIA STELA SANTOS GRACIANI (PUC-SP) Maria Izabel da Silva (CUT); Kênia Augusta Figueiredo (CFESS) ;José Fernando da Silva (CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE) ; Joacir Della Giustina (CNBB); Rachel Niskier Sanchez (SBP) ; Charles Roberto Pranke (AMENCAR) ;Nelson Eder de Souza Modesto (MNDH) ;Ivanildo Franzosi, (CASA CIVIL) Guilbert Ernesto de Freitas Nobre (MS), Walter Antonio da Silva (Minc) e Olga Câmara (MJ) (parcialmente) . Presentes também, os conselheiros governamentais suplentes que assumiram a titularidade nesta assembléia: Eliana Cristina Crisóstomo (MJ); Júlio Boaventura Santos Matos (MRE); Marilda Marfan (MEC - parcialmente); Afrânio Andrade Grado (MP). A reunião do dia quatro foi realizada na Casa de Retiro Assunção em Brasília. O Presidente abriu os trabalhos submetendo a pauta aos presentes para a sua aprovação, tendo a mesma sido aprovada com a inclusão do item sexto do terceiro dia– Quarta Conferência Nacional. Os demais itens permaneceram inalterados como segue: **I – Leitura, Discussão e Aprovação das Atas da Septuagésima Terceira, Septuagésima Quarta e Septuagésima Quinta Assembléias Ordinárias do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA** . As Atas das Assembléias supra mencionadas foram aprovadas por unanimidade. **II – Avaliação das pendências das Assembléias anteriores** . Foi apresentado um levantamento prévio das pendências pela Secretaria Executiva e deliberado para que as Comissões Temáticas e GT's fizessem as devidas complementações para apresentação juntamente com os relatos dessas Comissões e GT's. **III – Trabalhos de Grupos das Comissões Temáticas e GT's** – As Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho se reuniram no final da manhã e no período da tarde para tratarem de assuntos relativos as suas áreas específicas. **IV –**

Relato dos trabalhos de Grupos das Comissões Temáticas e Gt's. Comissão Temática de Orçamento e Finanças – O Presidente Cláudio Augusto fez o relato dos trabalhos abordando os pontos que seguem: 1) - O Presidente informou sobre o atual formulário de declaração de imposto de renda , ressaltando que o mesmo não dispõe de campo para registros de desconto ao Fundo. O documento foi repassado ao conselheiro Afrânio que irá analisá-lo, emitir parecer e posteriormente remetê-lo à Receita Federal, para verificar a viabilidade de correção; 2) – Correspondência do Ministério Público Federal de São Paulo no qual trata-se de assuntos relacionados a execução orçamentária do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de São Paulo, denunciando que não houve uso dos recursos desde o exercício de mil novecentos e noventa e cinco. Neste sentido será enviado correspondência ao CMDCA de São Paulo, solicitando o envio de relato minucioso sobre todas as questões aventadas, no sentido do acompanhamento e democratização na execução das políticas públicas, em particular no que diz respeito a definição e aplicação de recursos de ações diretas para o atendimento de crianças e adolescentes, com cópia para o Ministério Público Federal de São Paulo – CONDECA-SP – Associação de Conselhos Tutelares de São Paulo e Fóruns Estadual e Municipal dos Direitos de São Paulo; 3) – Com relação ao orçamento dois mil e um, o Presidente informou sobre a atual situação das emendas do FNCA, alegando que não houve alteração da situação. Neste sentido foi solicitado ao conselheiro Paulo Jukoski que fizesse articulações com o Ministro dos Esportes para que o mesmo possa intermediar a agilização da aprovação dessas emendas no Congresso Nacional; 4) – Pendências da Comissão para a primeira assembléia do exercício de dois mil e um: a) – elaboração de Resolução para repasse de recursos fundo a fundo; b) – alteração da lei de incentivo fiscal tornando o desconto de um por cento para pessoa jurídica obrigatório; c) – refazer o termo de cooperação técnica do INDESP, tendo em vista a sua extinção; d) – Secretaria Executiva enviar a todos os conselheiros cópia do documento enviado pelo ex-juiz de direito de Campinas – SP, propondo alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente, para análise e sugestões. **Comissão de Políticas Públicas** - O Coordenador da Comissão Joacir Della Giustina, fez o relato dos pontos que

seguem: 1) Pendências do exercício: a) acompanhar o andamento do Relatório do Brasil à ONU – A Secretaria Executiva deverá solicitar formalmente à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos informações sobre os procedimentos adotados relativos ao relatório; b) – encaminhamento de Inclusão Social de São Paulo, contido no Plano Nacional de Segurança Pública – caso haja tempo hábil solicitar à conselheira Eurídice o material para análise e proposição; c) – análise do Projeto Pedagogia do Desejo da FUNDAC – PE – O entendimento da Comissão não era para análise do referido projeto; d) –elaboração de relatório de avaliação de implantação do PETI – A proposta da Comissão é de iniciar interlocução junto ao CNAS para buscar informações sobre a existência de instrumental de avaliação na SEAS, enviando ofício à Presidência do referido Conselho, com cópia a Gerência do PETI, caso não haja os instrumentais, a Comissão irá propor ao CNAS a construção do mesmo, por intermédio de assessoria especializada e enviá-lo aos Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos , da Assistência Social, Comissões e Fóruns Estaduais e Municipais do PETI. 2 – Parecer do CONANDA sobre a idade mínima para efeito da ratificação da Convenção Cento e Trinta e Oito da OIT – solicitar parecer de profissionais da área para subsidiar o parecer do CONANDA, sugerindo os nomes de Dr. Oris de Oliveira – consultor do UNICEF e Dr. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca – Promotor Público do Trabalho da Décima Quinta Região de São Paulo, localizada em Campinas. 3 – Despachos – a) solicitação de parecer do CMDCA de Vitória – ES, sobre registro de instituições privadas com fins lucrativos no CMDCA e se os mesmos poderão receber recursos do Fundo e fazer parte do Conselho (votar e ser votado). A Secretaria Executiva enviar ao CMDCA cópia da Resolução sobre o assunto, a ser aprovada pelo CONANDA; b) acusar à Secretaria Municipal de Campinas – SP o recebimento do Plano Municipal de Assistência Social ; c) recebimento de correspondências enviadas por entidades do Rio Grande do Sul propondo alterações na data da III Conferência Nacional de Assistência Social para o período de vinte e sete a trinta de novembro de dois mil e um e que a mesma seja conjunta com a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. O assunto será deliberado na próxima plenária do Conselho; d) o Ministério do Trabalho e Emprego envia documento da Entidade Círculo de

Amigos do Menino Patrulheiro, solicitando autorização para trabalho de crianças na qualidade de aprendiz de doze a quatorze anos, para parecer do CONANDA. A Comissão aprovou o envio de correspondência ao Ministério do Trabalho, manifestando-se a estranheza da referida solicitação; e) envio de correspondência à direção da OIT, comunicando o recebimento do documento contendo o estudo elaborado pela USP-SP sobre “ O Selo Social Contra o Trabalho Infantil – Experiências Brasileiras”, enfocando os Programas Empresa Amiga da Criança da Fundação ABRINQ e Pró – Criança do Instituto Pró- Criança de Franca – SP; f) enviar ofício á Gerência de Desenvolvimento Humano do Estado do Maranhão, agradecendo a documentação sobre a campanha realizada por ocasião dos jogos escolares maranhense, denominada Educação Sexual, desencadeada a partir das deliberações da Septuagésima Assembléia Extraordinária do CONANDA realizada naquele Estado, onde foram definidas as estratégias de enfrentamento á violência , abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. 3- Diretrizes Nacionais para a Política de Atenção Integral à Infância e Adolescência. A conselheira Rachel Niskier, informou sobre a situação em que se encontra os encaminhamentos da publicação do documento, tendo sido as informações complementadas pelo conselheiro Ivanildo Foi deliberado que as conselheiras Eliana e Ozanira farão o acompanhamento dos trabalhos de publicação junto à Imprensa nacional. 4 – Matéria sobre ABRIGO publicada no Jornal do Comércio de Recife-PE – A matéria trata-se da reforma de prédio para sediar programa de abrigo para atender duzentas crianças e adolescentes. Foi deliberado aprofundar os estudos para definir o perfil para funcionamento de abrigos através de resolução do Conselho, pois os abrigos estão sendo criados e/ou funcionando sem referências/parâmetros ou mesmo indo de encontro ao estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente. 5 – Levantamento de pendências do exercício – a) solicitar á conselheira representante do MEC cópia do Plano Nacional de Educação aprovado pelo Congresso Nacional e os encaminhamentos feitos pelo Ministério para a implementação do mesmo; b) parecer do CONANDA sobre o PL que tramita no Congresso Nacional estabelecendo pena aos país pela evasão escolar; c) encaminhamento das Resoluções e Moções da III Conferência Nacional; d) levantamento de PL’s em

tramitação no Congresso Nacional sobre crianças e adolescentes para parecer do CONANDA. 6- Proposta de trabalho para dois mil e um. A Comissão avaliou a importância da continuidade dos trabalhos para o próximo exercício, tendo em vista o processo de disseminação e consolidação das Diretrizes Nacionais para a Política de Atenção Integral e Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. A Comissão propõe ainda em conjunto com o CNAS produzir diagnóstico do PETI nos três primeiros estados onde o programa foi implantado; assembléia conjunta com o CNAS e discussão sobre abrigos com vistas a elaboração de resolução normatizando o seu funcionamento. Encerrando os trabalhos da Comissão a conselheira Rachel Niskier, informou o resultado do Encontro de Natal sobre o Ciclo de Debates Regionais realizado na cidade de Natal – RN, abordando Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e fez a entrega ao Conselho de Certificado de “ Amigo da Criança”, conferido pelo Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho da Criança e Proteção ao Trabalhador Adolescente – FOCA – RN. **Grupo de Trabalho sobre Conselho Tutelar** - O coordenador do GT Normando Batista, fez o relato dos trabalhos abordando os seguintes pontos: 1 – Recebimento de correspondência do Conselho Tutelar de Santa Maria – DF, informando sobre o Projeto de Lei que tramita na Assembléia Legislativa do DF, em que prevê a instalação de um Conselho Tutelar por Circunscrição Judiciária e não por Região Administrativa, limitando o número de Conselhos Tutelares no DF; 2 – Acusar o recebimento de folder e cartilha, enviadas pelo Conselho Tutelar de Barbacena – PA; acusar o recebimento do relatório do Conselho Tutelar de Fortaleza – CE, e verificar a situação do SIPIA naquele Estado; 3 – Recebimento de denúncia do Conselho Tutelar de Porto Seguro sobre a demissão de conselheiro tutelar pelo Prefeito Municipal de Porto Seguro – BA. O Grupo de Trabalho propôs que fosse enviado correspondência ao Conselho Tutelar com as devidas orientações sobre os procedimentos a serem adotados e enviar correspondência ao Senhor Prefeito informando-o que o Conselho Tutelar é órgão autônomo, não jurisdicional e permanente – artigo cento e trinta e um do Estatuto da Criança e do Adolescente , com processo de escolha pela comunidade, conforme estabelece o artigo cento e trinta e dois da mesma lei, uma vez instalado não pode haver interrupção das suas

atividades. O conselheiro tutelar só pode ser afastado ao termino do mandato, por processo administrativo e/ou judicial, assegurada ampla defesa. Com relação ao documento sobre os Parâmetros do Conselho Tutelar, os conselheiros Charles e Normando farão a versão preliminar desse documento para circular entre os conselheiros para o envio de sugestões até a próxima plenária de dois mil e um.

Grupo de Trabalho sobre Medidas Sócio-Educativas A Coordenadora do GT Maria Stela, primeiramente fez um breve relato sobre o andamento dos trabalhos sobre o reordenamento da FEBEM – SP, informando que no dia vinte de dezembro será realizada a última reunião do Grupo de Trabalho, neste exercício sendo que o subgrupo número quatro fará a apresentação preliminar da sistematização documental sobre o reordenamento da FEBEM. O Presidente falou sobre a visita as Unidades de Atendimento ao Adolescente Infrator de Belo Horizonte e sobre a reunião havida com os diversos segmentos que atuam na área do infrator, para tratarem sobre esse atendimento na capital. Informou ainda, sobre a situação do Convênio firmado entre o Ministério da Justiça/SEDH/CONANDA/FNCA e a Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos – Dos trinta e sete pontos críticos apontados pela sociedade civil, quinze já foram solucionados, sendo que a Senhora Secretária de Justiça se comprometeu apresentar ao CONADA relatório como resultado dessas ações até o final de dezembro de dois mil. Abriu—se o debate, com o alerta da conselheira Maria Izabel, sobre os prazos para a conclusão dos trabalhos sobre o reordenamento da FEBEM-SP, alegando não haver interesse da Secretaria do Desenvolvimento Social para realizar esses trabalhos. O conselheiro Charles também fez um alerta, informando que mesmo com a situação caótica da FEBEM-SP três programas desenvolvidos pela Instituição ganharam o Prêmio Sócio-Educando. O conselheiro Joacir, propôs que as pressões para encaminhamento de assunto sobre o tema FEBEM-SP seja através dos Subgrupos criados para o estudo sobre o reordenamento. O Presidente, falou da importância de definição de data para o período de transitoriedade da FEBEM, para a concretização das ações e sugeriu como ação do CONANDA para o próximo exercício, a discussão da operacionalização da política voltada ao adolescente infrator. Pendências do GT – a) monitoração das ações sobre medidas sócio-educativas; b) Pesquisa sobre o

adolescente infrator; c) Relatório Técnico do Convênio do Estado do Amapá; d) coleta de assinaturas sobre rebaixamento penal; e) acompanhamento das ações propostas contidas no relatório da Portaria Toque de Recolher. No dia cinco os trabalhos tiveram prosseguimento com a pauta que segue: I – Reunião Ampliada com o Conselho Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares, Promotoria da Infância e da Juventude, Justiça da Infância e da Juventude, Defensoria Pública e Secretaria de Ação Social. A referida reunião foi realizada na sala Nabuco Nepomuceno do Teatro Nacional de Brasília, com a presença de aproximadamente quarenta pessoas. O Presidente abriu os trabalhos informando a todos sobre os objetivos do CONANDA em acompanhar mais de perto o Sistema de Garantia de Direitos no Estado, para uma avaliação sobre a situação da criança e do adolescente no Distrito Federal. O Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF, também agradeceu a presença do CONANDA e de todos os presentes, com o compromisso de doravante trabalhar em conjunto CONANDA e CDCA. Em seguida, o Senhor Secretário de Estado da Ação Social, também fez os cumprimentos iniciais, se colocando a disposição para as informações necessárias. Houve ainda a apresentação nominal de todos os participantes. Em seguida o Presidente pediu que as pessoas se manifestassem sobre a situação de cada órgão do Sistema de Justiça no Distrito Federal, tendo sido registrado os pontos que seguem: 1) – Climene / MNMMR – Alegou que infelizmente o CDCA não tem cumprido os objetivos do ECA. Apresentou documento elaborado pela sociedade civil que compõe o Conselho, apontando alguns pontos de estrangulamentos e a fragilidade do referido Conselho e da Secretaria Executiva do mesmo. Entre os pontos levantados, destacou-se a falta de funcionamento do Fundo e das Comissões Temáticas, as dificuldades do SIPIA, a não participação do Conselho e dos conselheiros Tutelares ao Projeto de Lei que tramita na Assembléia Legislativa do DF sobre a implantação de Conselhos Tutelares por Circunscrição Judiciária; Ela frisou não pertencer a nenhum partido e que a sociedade civil só está querendo o cumprimento do Estatuto e que enquanto Conselho esta participação não está acontecendo. Enfatizou sobre a necessidade dos projetos do governo passarem pelo Conselho para conhecimento e parecer e lamentou mais uma vez

que o Projeto de Lei sobre os Conselhos Tutelares do DF não tenha passado pelo CDCA para o devido parecer. Reivindicou ainda, para que haja estreitamento nas relações entre a Secretaria de Ação Social e o CDECA; 2) – Selma Leite/Promotora de Justiça da Infância e da Juventude – solicitou cópia do relatório, objetivando auxiliar as investigações que a Promotoria vem realizando no CDCA; Paulo/conselheiro Tutelar de Planaltina – falou das dificuldades que conselheiros tutelares vem sofrendo pela falta de apoio administrativo e pela falta de retaguardas informando que algumas retaguardas existentes estão concentradas no Plano Piloto e não nas cidades satélites, dificultando o acesso das crianças e adolescentes e suas famílias. Quanto aos aspectos administrativos falou da falta de equipamentos, espaço físico inadequado, baixos salários e a necessidade de maior entrosamento entre os Conselhos Tutelares e a Secretaria de Ação Social; 4) – Rita/conselheira Tutelar de Ceilândia – a conselheira falou sobre a situação do Conselho Tutelar de Ceilândia e a ligação do mesmo com o Centro de Desenvolvimento Social – CDS. Alegou falta de recursos e falta de técnicos no CDS. Sempre que possível recorrem a Universidade e a Igreja para apoio aos encaminhamentos. Solicitou ao Secretário informações sobre o assunto. 5) Luiz Irineu /Conselho Tutelar de Taguatinga – Informou que ele se encontra com o mandato vencido e prorrogado por tempo indeterminado e questionou ao Secretário como se encontra o processo para novas eleições. Alegou bom relacionamento com o Ministério Público e a DPCA e falta de retaguardas para deficientes físicos e para adolescentes; 6) – Rosária – conselheira tutelar de Santa Maria – Afirmou que a situação do Conselho Tutelar daquela cidade satélite é um pouco pior que as demais. Condenou o espaço físico do Conselho pela falta de privacidade no atendimento (uma única sala para os cinco conselhos). Disse não haver equipamentos adequados, sendo que os poucos existentes estão deteriorados e obsoletos. Alegou ainda a falta de retaguardas para os devidos encaminhamentos. Afirmou que as justificativas utilizadas para o não atendimento das reivindicações são as constantes mudanças de Secretário de Ação Social no DF. Quanto ao Projeto de Lei que se encontra na Assembléia Legislativa o mesmo foi alterado, não sendo o mesmo aprovado pelos conselheiros tutelares. Para a conselheira todas as cidades satélites devem ter

os seus conselhos tutelares, tendo em vista o número de habitantes e a demanda existente. Como os demais conselheiros abordou a questão da concentração das retaguardas existentes no Plano Piloto. Argumentou ainda, que se os Conselhos Tutelares tivessem condições de atender as demandas existentes, o índice de atos infracionais no DF reduziria em cinquenta por cento ou mais. Teceu críticas sobre a criação pelo governo do DF do cargo de Coordenador dos Conselhos Tutelares. Finalizando parabenizou a atuação de todos os conselheiros tutelares do DF, que mesmo com todas as dificuldades vem desempenhando o seu papel a contento; 7) Charles Pranke – conselheiro do CONANDA – Questionou se houve alteração da Lei de Criação do CDCA/DF, se existe ato formal de regulamentação do Fundo e como será a construção do CAJE II, local e meta do mesmo; 8) – Nelson/CONANDA – Questionou se a lei sobre os Conselhos Tutelares foi aprovada, qual o papel do Coordenador dos Conselhos Tutelares e se o mesmo é constitucional; 9) Dr. Gustavo/Secretário de Ação Social – Falou da vinculação do CDCA à Secretaria, da grande demanda, principalmente do entorno do DF, da regularização das funções do SOS Criança compatibilizando-as às funções dos Conselhos Tutelares. Quanto aos salários dos conselheiros, disse que o projeto para alteração dos valores já foi aprovado pela Assembléia Legislativa e que os conselheiros tutelares deveriam ter participado das audiências públicas realizadas pela Assembléia para sugestões. Falou também, do seu empenho para regularização dos problemas da Secretaria. Prestou esclarecimentos quantos aos problemas do CAJE I e II e que a Secretaria vem cumprindo as Resoluções do CONANDA. Com relação a área de saúde, falou da função dos Centros de Saúde, Hospitais Regionais e Hospital de Base e que a maioria da clientela é do entorno do DF. Enfim, ele fez uma panorâmica da situação atual da sua pasta. Questionado sobre a situação do Convênio de mil novecentos e noventa e sete firmado entre o MJ com a Secretaria para a implantação do SIPIA, aquisição de equipamentos e capacitação, cujos equipamentos ainda não foram entregues, Dr. Gustavo disse que os mesmos já foram adquiridos, estando em processo de entrega e que os mesmos serão interligados em rede; 8)Dr. Racib Presidente do CDCA/DF – O presidente do CDCA respondeu todos os questionamentos, ressaltando que a nova Lei

dos Conselhos Tutelares só trata do mesmo, permanecendo uma lei específica para o CDCA. Quanto ao Fundo, alegou que desde o mês de setembro o mesmo está vinculado a Secretaria do Trabalho do GDF e que já foram tomadas as providências para a devida alteração. Com relação ao CAJE II, ele, disse que o mesmo vai ser construído próximo ao Complexo Penitenciário “ Papuda”. Cada pavilhão abrigará oitenta adolescentes, sendo que ao todo a Unidade terá trezentas vagas. A conselheira do CONANDA Eliana, contraargumentou que o Departamento da Criança e do Adolescente não havia aprovado o referido projeto. Dr. Racib disse ainda, que a figura do Coordenador Geral dos Conselhos Tutelares, cargo que ele acumula, é um elo de ligação entre a Secretaria de Ação Social e os Conselhos Tutelares e que a sua função é de suporte administrativo. No que se refere a Secretaria Executiva do CDCA, disse que a mesma foi aprovada pelo Conselho e está apta a desenvolver a sua função pela qualificação das pessoas que lá se encontram. Quanto as Comissões Temáticas, alegou que as mesmas não funcionam porque os conselheiros não querem, pois é dado todo o apoio necessário. Para ele está faltando consenso, visto que o partido é o da criança. Finalizando, fez um breve relato dos Projetos do Governo Distrital que passaram pelo CDCA para parecer. 9) Rachel Niskier / CONANDA – A conselheira disse recusar-se aceitar como fatalidade a situação do entorno do DF. Disse que os Conselhos são espaços prioritários e que não é benesse e nem favor a comunicação de um projeto ao Conselho, ao contrário, é um direito. São dez anos do Estatuto e o futuro do país deve ser decidido juntos governo e sociedade; 10) Joacir / CONANDA – Demonstrou a sua preocupação quanto à compreensão do Estatuto. Para ele, o artigo duzentos e vinte e sete da Constituição Federal perpassa a todas as políticas sendo a criança e o adolescente uma questão de sociedade. Argumentou que há necessidade de sair da política clientelista para uma política de participação, pois quando a sociedade participa, está acontecendo as políticas públicas. 11) Conselheira Cristina / CDCA – Indagou sobre o projeto de redução das vagas da educação que não passaram pelo CDCA. Ressaltou ainda sobre a falta de pagamento da bolsa-escola da falta de vagas para os adolescentes drogatitos e da falta de recursos para os programas de violência intrafamiliar. Disse que os conselheiros estão indo ao Conselho apenas

para assinarem a Ata, não considerando isso importante. Para ela a importância é a implementação dos Programas de Saúde, Educação, Assistência Social, etc; 12) Normando / CONANDA – O conselheiro falou do papel dos Conselhos de liberar e controlar as políticas públicas, afirmando que o fundo deve ser deliberado pelo Conselho; 13) Paulo /Conselheiro Tutelar de Planaltina – voltou a insistir na questão de retaguardas para as cidades satélites. Alegou achar positiva a figura do Coordenador, para que haja o elo de ligação entre os Conselhos Tutelares e o CDCA; 14) – Rosária / Conselheira Tutelar de Santa Maria – Questionou sobre o papel do Coordenador Geral dos Conselhos Tutelares, que foi criado há três meses, sem o conhecimento dos Conselhos Tutelares. Alegou que esse cargo está constando na lei que se encontra na Assembléia Legislativa, confrontando com o papel do conselheiro tutelar. Para ela não há necessidade da criação desse cargo; 15) – Em contra –argumento, Dr. Racib disse que a coordenação é para somar e não atrapalhar. Disse ainda, que foram criados cinquenta e dois cargos e que os conselheiros tutelares serão tratados como servidores públicos, com todas as garantias sociais. Quanto aos mandatos os mesmos foram prorrogados para coincidir com a aplicação da nova lei. Com relação a criação de Conselhos Tutelares por área de circunscrição judiciária, o GDF fez essa opção por falta de recursos, caso contrário os Conselhos poderiam ser extintos; 16) Márcio Sanchez / Secretário Executivo do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Argumentou que o problema maior do GDF é a questão de conceito sobre conselhos. Ele disse não conceber que o CDCA/DF não aprove os programas voltados para crianças e adolescentes do GDF. Quando estes fatos acontecem devem ser acionado o Ministério Público , pois não é benesse do governo o apoio aos Conselhos e sim função pública visto ser os mesmos espaços públicos de participação paritária. 17) Maria José / conselheira CDCA – Considera importante as pessoas se manifestarem . Ela não concorda que o Conselho não esteja fazendo nada, porém acha que não estão cumprindo as prioridades. Concorda ainda, que não há integração entre o CDCA, a Secretaria de Educação e os Conselhos Tutelares e que há problemas estruturais no CDCA; 18) – Selma Leite / Promotora de Justiça e da Infância e da Juventude – Informou que já foi aberto **Inquerito Civil Público** para apuração das

irregularidades, já tendo sido constatados alguns fatos que abarcaram as medidas sócio-educativas e de Proteção, pois o sistema de justiça não resolve problema de políticas públicas. A Promotora propôs mais uma vez ao Presidente do CDCA um “**Termo de Ajustamento de Conduta** “ , com prazos estabelecidos para o seu cumprimento. O Presidente do CDCA, Dr. Racib disse não concordar com o ajuste, porque ele não pode assumir compromissos que não pode cumprir e o não cumprimento implica em multa diária de dez mil reais; 19) – Haston / conselheiro CDCA – Cumprimentou a todos pela iniciativa e argumentou sobre a importância do respeito pelos Conselhos e da discussão dos assuntos inerentes ao CDCA; 20) – Maria Stela / conselheira CONANDA – A conselheira fez um breve resumo dos assuntos discutidos abordando dois eixos: a) – concepção – necessidade de compreensão do papel dos Conselhos e das políticas públicas; b) – não há possibilidade do CDCA funcionar sem organicidade. É imprescindível o funcionamento das Comissões, caso contrário deve haver uma ação civil pública, pois os conselheiros assumiram um papel de relevância pública. Propôs a elaboração de Planejamento Estratégico do Conselho e que este Plano seja enviado ao CONANDA. Sugeriu ainda os seguintes procedimentos: a) reunião ampliada com todos os atores do DF, para discussão sobre concepção de políticas públicas e Conselhos; b) Plano estratégico de ação para agilização das políticas públicas; b) – Prazo – até o final de fevereiro de dois mil e um. A Promotora Selma, informou que poderá ser incluído no Termo de Ajustamento a elaboração do Planejamento Estratégico. O Presidente do CONANDA propôs que a Coordenação para a elaboração do Plano fosse feita pelo CDCA, pois o CONANDA vai acompanhar e não coordenar os trabalhos. As propostas da conselheira Stela e do Presidente do CONANDA foram aprovadas por todos. O Presidente do CDCA, informou que fará uma reunião no CDCA e em uma cidade satélite, para discutir o assunto. Aproveitou a oportunidade para agradecer a participação de todos. O Presidente do CONANDA, enfatizou mais uma vez a importância das atividades descentralizadas que o CONANDA vem desenvolvendo alegando que não é cada um defendendo a sua trincheira, que vai se chegar a lugar algum. Para ele é necessário a participação de todos. Abordou sobre a necessidade do cumprimento das Resoluções do CONANDA, principalmente

no que tange a quantidade de quarenta adolescentes por Unidade, enfatizando que as propostas do CAJE I e II descumprem as deliberações do CONANDA. Falou ainda da necessidade da coleta de assinaturas contra o rebaixamento da idade penal a ser enviada ao Congresso Nacional. Encerrando, agradeceu a participação de todos, convidando-os para a cerimônia de posse dos novos conselheiros do CONANDA, gestão dois mil e um a dois mil e dois a realizar-se no dia seis de dezembro no Ministério da Justiça. No dia seis de dezembro os trabalhos tiveram prosseguimento com a pauta que segue: **I Apresentação do Plano Nacional de Redução à Mortalidade Infantil e Maternidade do Ministério da Saúde** - A representante do Ministério da saúde, Dr^a Tânia Lago, cumprimentou a todos e em seguida fez explanação das Políticas do Ministério da Saúde voltadas à criança e do Plano de intensificação de ações para redução da mortalidade infantil e materna, enfatizando sua prioridade, estratégias de ação, operacionalização e as instituições participantes. Após a explanação o Presidente abriu o debate, tendo sido registrado os seguintes pontos: 1) A conselheira Maria Izabel indagou se há descontinuidade do programa pela interrupção do envio de recursos pelo governo federal aos municípios inadimplentes ou por outros motivos que impeçam o referido repasse; 2) O conselheiro Nelson indagou como está a mortalidade das mães no país, qual a meta do programa e como será a transferência dos recursos; 3) A conselheira Kênia, abordou o tema da Conferência Nacional de Saúde que é a Humanização e indagou como será essa humanização no atendimento. Todos os questionamentos foram respondidos a contento pela Dr^a Tânia e Dr^a Ana Goretti Kalume Maranhão – Coordenadora da área da Saúde da criança. A Dr^a Goretti agradeceu ainda, o apoio do CONANDA na Campanha do Registro Civil por ter sido de fundamental importância para o êxito dos trabalhos. Os expositores agradeceram a oportunidade de estarem no Conselho, se comprometendo enviar documentos sobre o tema para o CONANDA e os Conselhos Estaduais. O Presidente agradeceu a participação de Dr^a Tânia e Dr^a Goretti, informando que o CONANDA irá sugerir aos Conselhos Estaduais, Municipais, Tutelares e Ministério Público das regiões prioritárias, para acompanhamento e monitoração desses programas na rede saúde desses municípios. **II – Aprovação do Parecer sobre**

inscrição e registro de Programas no CMDCA – O parecer elaborado pelos conselheiros Joacir e Eliana, foi submetido á plenária que após debate sobre o mesmo decidiu ampliar a discussão para aprofundamento do assunto. Essa discussão ficou marcada para o início do ano dois mil e um, com a participação do Departamento de Ensino Fundamental do MEC e da Secretaria de Estado da Assistência Social. **III – Apresentação da listagem das representações do CONANDA por cada conselheiro.** Foi feito um levantamento por todos os conselheiros sobre as representações feitas nos Estados. **IV – Avaliação das Ações desenvolvidas pelo CONANDA no exercício de dois mil -** O conselheiro Normando, solicitou que fosse registrado em Ata, os agradecimentos aos conselheiros Charles e Nelson que não concorreram nas eleições do CONANDA para a próxima gestão, pela amizade e trabalho prestado ao Conselho. A conselheira Olga Câmara, também solicitou que fosse registrado os nomes dos conselheiros Charles Roberto Pranke e Nelson Eder de Souza Modesto que irão deixar o Conselho na próxima gestão. Ela disse que Charles tem uma história no CONANDA enquanto conselheiro e Presidente e que hoje o Conselho é o resultado do que ele construiu. Disse ainda, que ele foi um verdadeiro desbravador pelas dificuldades que enfrentou enquanto sociedade civil e que o mesmo conseguiu mostrar ao governo os caminhos que ele deveria seguir e sempre com muito equilíbrio discutiu as questões da criança e do adolescente no campo dos direitos humanos. Agradeceu a todos pelo apoio, pela força e pelo ombro que todos lhe deram para prosseguir a caminhada. O conselheiro Júlio, também deu seu depoimento de que muito aprendeu com Charles e Nelson. O Presidente apresentou o reconhecimento à AMENCAR e ao Charles, dizendo que ambos ajudaram plantar o alicerce no CONANDA. Na oportunidade agradeceu a participação efêmera da representante do Ministério da Saúde Jane Ramos, alegando ter sido uma perda para o Conselho, pela sua alegria e contribuições prestadas. Ressaltou ainda o aumento da qualidade da participação governamental neste exercício. Por último agradeceu a todos da Secretaria Executiva pelo suporte aos trabalhos. A conselheira Maria Stela, agradeceu à todos e principalmente aos servidores da Secretaria Executiva. O conselheiro Charles também falou da relação de confiança existente na Secretaria Executiva na pessoa

da Bernadete, pelo grande apoio e suporte. Diante da emoção do Presidente, a conselheira Olga falou da importância de se deixar fluir os sentimentos e que só as pessoas verdadeiramente fortes e que tem um ideal se expressam com os seus sentimentos. Reafirmou as palavras do Presidente e do conselheiro Charles no tocante aos trabalhos da Secretaria Executiva e do entrosamento perfeito entre a Bernadete e Eliana para o desenvolvimento dos trabalhos. O conselheiro Normando, também afirmou que a entrada da Eliana para que houvesse o elo de ligação entre DCA e CONANDA contribuiu para melhorar a dinâmica dos trabalhos. **V – Informes** – 1) O conselheiro Ivanildo fez um breve relato sobre a situação do Plano Nacional de Segurança Pública e da antecipação de sua implantação nos Estados do Rio de Janeiro, Vitória e Recife para o mês de dezembro de dois mil; 2) A conselheira Maria Izabel, falou sobre a fuga do Indio Bacuré da FEBEM de São Paulo, alegando que o mesmo está sendo tratado como assassino, sendo que ele tem dezesseis anos, o que vem reforçar a posição dos que propõem o rebaixamento penal.; 3) O conselheiro Fernando, fez o relato da sua participação na audiência pública sobre a participação de crianças e adolescentes nas novelas da Rede Globo, promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, onde estiveram presentes o juiz da Infância e Juventude do Rio de Janeiro, Dr. Siro Darlan, ANDI, Presidente do Sindicato dos Artistas, Deputados da Frente Parlamentar e outras autoridades. A Rede Globo de Televisão foi convidada e não compareceu. Durante a sua participação defendeu a criação do Conselho Nacional de Comunicação Social, onde participarão o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Crianças e Adolescentes, Pais, representantes das TV's, ABERT, etc. A conselheira Olga Câmara, disse que em função da polemica das novelas da Globo, pesquisou mais de cinquenta países que já existem esses Conselhos, considerando dois destes os mais viáveis para a implantação no Brasil, que são Portugal e França. Ressaltou que está fazendo estudo comparativo de ambos para apresentá-lo ao CONANDA para parecer e encaminhamento. A conselheira sugeriu ainda, a criação de cartilha contendo as políticas dos ministérios voltados para crianças e adolescentes, para a sua divulgação. Ambas as propostas foram aprovadas por todos. A

respeito da cartilha o conselheiro Walter, informou que no próximo dia doze de dezembro será lançado pela INTERNET o SITE governo eletrônico, onde a sociedade terá acesso de informações dos ministérios relativos à todos os trabalhos prestados à sociedade. **VI - Quarta Conferência Nacional -** Foi aprovada pela plenária o indicativo de realização da IV Conferência Nacional para a segunda quinzena do mês de novembro de dois mil e um, com duração de quatro ou cinco dias. **VII – Posse dos conselheiros eleitos da sociedade civil – Titulares e Suplentes gestão dois mil e um a dois mil e dois.** A posse dos novos conselheiros foi realizada no Auditório Tancredo Neves do Ministério da Justiça, com a participação de todos os conselheiros do CONANDA, titulares e suplentes, autoridades, crianças e adolescentes das escolas de Taguatinga, Ceilândia e Planaltina. A mesa foi composta pelo senhor Ministro de Estado da Justiça, Dr. José Gregori , Presidente do CONANDA Cláudio Augusto Vieira da Silva, Secretário Adjunto de Estado dos Direitos Humanos , Dr. Darci Bertholdo e Diretora do DCA e conselheira do CONANDA Olga Câmara. Inicialmente a conselheira Olga cumprimentou a todos e em seguida fez a leitura do artigo duzentos e vinte e sete da Constituição Federal. Prosseguindo comunicou ao Senhor Ministro que por decisão unanime dos conselheiros governamentais entregarão à sociedade civil a presidência do Conselho para a gestão de dois mil e um, pela relevância do trabalho prestado na atual gestão. Enfatizou que todo o trabalho feito juntos governo e sociedade civil foi permeado pela dedicação, pelo respeito mútuo, pela honra, pela dignidade, pela seriedade e por isso é importante continuarmos juntos e que o governo assume a Presidência em dois mil e dois. Em seguida, o Presidente do CONANDA prestou homenagem ao Senhor Ministro da Justiça fazendo a entrega de placa de agradecimento pela sua atuação como Presidente do CONANDA. O Senhor Ministro agradeceu a homenagem, saudando à todos e aos novos conselheiros, pela difícil tarefa que irão enfrentar. Falou do muito que se tem feito, mas que esse muito é pouco diante de tantas coisas que há por fazer. Ressaltou o seu compromisso com todos, principalmente com as crianças e adolescentes. O Ministro disse que estamos vivendo uma fase de muita violência no país e que a principal vítima é o jovem, bem como é o jovem principal autor da violência. O CONANDA tem a

tradição, recursos e o papel de vanguarda nesse processo de zelar pelos jovens. Desejou que na próxima gestão sejam duplicados os resultados das ações desenvolvidas. Dando prosseguimento à solenidade, os conselheiros assinaram o termo de posse do CONANDA. O Presidente do CONANDA usou a palavra cumprimentando a todos. Em seguida falou que essa cerimônia faz parte da implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente e da trajetória da cidadania brasileira, que desde a última constituição vem assumindo o seu papel na gestão das políticas públicas. Disse que há um conjunto de pessoas que entende que o olhar desse país deve passar pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Que esse olhar carrega o olhar das crianças e adolescentes pela luta, pela sobrevivência, por dignidade, e na luta por terem convicções de desenvolverem plenamente. Salientou que a democracia participativa irá ser consolidada e que vamos gerir as políticas públicas desse país em parceria governo e sociedade civil. Esse conjunto de acontecimentos fazem parte da reforma do estado brasileiro, da democratização do Estatuto, no sentido da sua socialização e de tornar público o que é público neste país. Abordou sobre a necessidade de trilhar caminhos para a completa implementação do ECA. O Presidente ressaltou que não se pode aderir por inércia ao que se chama de hipocrisia da normalidade, onde a morte de meninos e funcionários que lidam com os adolescentes em conflito com a lei tende a cair na normalidade num sistema fracassado e num sistema que persiste em existir como no caso das FEBENS. Disse ainda, que não se pode aceitar a mortalidade infantil, a falta de atendimento em creches, educação infantil e pré escolar, como se fossem um dado natural da sociedade. Cabe aos operadores do sistema de garantia de direitos, implementar as políticas que o Estatuto preconiza. Citou como produto do trabalho do ano de dois mil do CONANDA, realizado em parcerias com os que se empenham em traçar diretrizes para o atendimento de crianças e adolescentes: 1) Plano Nacional de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes; 2) Diretrizes Nacionais para a Política de Atenção Integral à Infância e Adolescência e Diretrizes para Formulação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil. Essa é a função dos Conselhos e que essas políticas sejam articuladas com os organismos de governo e da sociedade civil, para superar a

qualidade de vida de nossas crianças e adolescentes. O Presidente falou ainda de outros desafios a enfrentar como a municipalização do atendimento e a descentralização administrativa das políticas públicas na área da criança e do adolescente. Considerando a grande demanda de trabalho do CONANDA, o Presidente ressaltou a necessidade de melhor estruturação da Secretaria Executiva, no que tange aos aspectos administrativos e de pessoal. Finalizando, falou do rebaixamento da idade penal, enfatizando veemente que com a presença do governo federal, estamos dizendo **não ao rebaixamento da idade penal** . Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a assembléia, e para constar, eu Maria Bernadete Olivo, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Presidente do CONANDA.

CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

Presidente